

## Capacitando e desenvolvendo servidores públicos para uma gestão pública de excelência - A experiência da Escola de Contas e Gestão Pública do TCE-CE

A Training and empowering public servants for the excellence in public management – The experience of the School of Accounting and Public Management of TCE-CE

**Alexandre Figueiredo<sup>1</sup>**  
**Paulo Alcântara Saraiva Leão<sup>2</sup>**  
**Maria Hilária de Sá Barreto<sup>3</sup>**  
**Francisco Otávio de Miranda Bezerra<sup>4</sup>**

### RESUMO

O aperfeiçoamento profissional e humano das pessoas que fazem uma organização é fundamental para que ela desempenhe bem sua missão e alcance seus objetivos. É por meio da valorização do trabalho, que se torna possível atingir as metas estabelecidas para a instituição e o aumento de produtividade de seus colaboradores.

Com essa premissa, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) vem sempre empenhando esforços no desenvolvimento de seus servidores, jurisdicionados e da sociedade, por meio de capacitações que aperfeiçoem as competências profissionais, comportamentais e organizacionais, com atividades educacionais, nos campos do ensino, pesquisa e extensão, nas modalidades presencial e a distância, objetivando ampliar, inovar, reciclar e compartilhar conhecimento. Nesse sentido, o TCE-CE, seguindo a tendência verificada nos demais Tribunais de Contas do país, implantou em 1995 sua Escola de Contas, o Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), responsável pelas ações educacionais do Tribunal.

1 Conselheiro Decano; Diretor-Presidente – IPC/TCE-CE. E-mail: alexandre@tce.ce.gov.br

2 Secretário Executivo – IPC/TCE-CE. E-mail: pauloalcantara@tce.ce.gov.br

3 Diretora Executiva – IPC/TCE-CE. E-mail: hilaria@tce.ce.gov.br

4 Diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós Graduação – IPC/TCE-CE. E-mail: foto-  
vio@tce.ce.gov.br

Neste artigo, apresentamos a trajetória do IPC, até o presente momento, destacando sua razão de existência, atividades desempenhadas, e realizações e feitos mais significativos, em benefício de uma gestão pública de excelência e uma correta aplicação dos recursos públicos do estado do Ceará.

**Palavras-Chave:** Tribunal de Contas. Escola de Contas. Capacitação. Educação. Administração Pública. Controle Externo.

## ABSTRACT

The professional and personal improvement of the personnel who make an organization is essential for it to perform well its mission and achieve its goals. It is through the appreciation of the work, it becomes possible to achieve the goals set for the institution and to increase the productivity of its employees. With this assumption, the Court of Audit of the State of Ceará (TCE-CE) is always making efforts in developing their own personnel, the state public servants and the society as a whole, through training that enhance the professional, behavioral and organizational skills, with educational activities, in the fields of teaching, research and extension, in classroom and distance modes, aiming to expand, innovate, recycle and share knowledge. In this sense, the TCE-CE, following the trend of other Courts of Audit in the country, implemented in 1995 its School of Accounting and Public Management, the "Institute Higher School and Public Management Minister Plácido Castelo (IPC), responsible for the educational activities of the Court.

In this article, we present the IPC's trajectory so far, highlighting its reason for existence, activities performed, and significant achievements, for the benefit of an excellent public management and a proper use of public funds of the state of Ceara.

**Keywords:** Court of Audit. School of Accounting and Public Management. Training. Education. Public Administration. Government Auditing.

## 1 O INSTITUTO

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) é a instituição pública responsável pelo controle de bens e recursos públicos estaduais, promovendo a ética na gestão pública visando garantir o exercício pleno da cidadania da população cearense. Tem a competência constitucional de fis-

calizar e julgar a boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos administradores e demais responsáveis, auxiliando a Assembleia Legislativa do Estado no exercício do controle externo. O combate e prevenção à ilegalidade, à corrupção, ao descaso, ao desperdício, a falhas intencionais e ao uso pessoal da máquina estatal são objetos do controle exercido pelo TCE-CE.

O Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC) é o órgão do TCE-CE, responsável pela condução das ações educacionais do Tribunal. Sua razão de existir é compartilhar conhecimentos, o que promove a democratização do saber, fim de todo processo educacional, buscando com isso desenvolver os servidores do TCE-CE, bem como técnicos e gestores da administração pública estadual, para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O IPC tem como missão promover o desenvolvimento dos servidores do TCE-CE e de seus jurisdicionados visando ao aperfeiçoamento do controle governamental e da gestão pública.

Para desempenhar a contento sua missão, o Instituto traçou os seguintes objetivos:

- Promover e organizar cursos e treinamentos de aperfeiçoamento, como também cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, para os servidores do TCE-CE e de seus jurisdicionados;
- Fomentar o aprimoramento do controle social;
- Desenvolver atividades de pesquisas e estudos sobre questões relacionadas com as técnicas de controle interno e externo da Administração Pública;
- Promover e organizar simpósios, jornadas, seminários e outros eventos;
- Produzir publicações relativas à sua missão e a do TCE-CE, tais como a Revista Controle, informativos, manuais e outros documentos;

Desejando ampliar o alcance de suas atividades, para chegar mais perto do real beneficiário das políticas públicas, a partir de 2012, o IPC incluiu a sociedade no público-alvo de suas ações educacionais.

Os cursos e eventos ofertados pelo IPC são primordialmente nas áreas de gestão pública, controle externo, auditoria governamental, finanças e contabilidade pública.

Além das áreas de ensino e pesquisa, esta última em estágio inicial de im-

plantação, o IPC atua também na área de extensão, com a oferta de cursos e eventos, bem como a realização de atividades que buscam abrir o TCE-CE à sociedade.

Como parte de sua estrutura organizacional, o IPC conta com a Biblioteca Ministro Raimundo Girão, especializada em direito administrativo, financeiro e constitucional. A biblioteca é aberta ao público para consultas.

Nosso Instituto orienta sua atuação com base em seu Projeto Político Pedagógico e Andragógico (PPPA), documento norteador de toda a ação educacional do IPC. O objetivo do PPPA é definir parâmetros, procedimentos e diretrizes educacionais de modo a servir de orientações nas ações e projetos de iniciativa do IPC, no âmbito da educação corporativa. Conforme previsto neste documento, o IPC pauta sua atuação na área educacional baseada em quatro modelos de gestão: Modelo de Administração e Sustentabilidade, Modelo Educacional, Modelo Tecnológico e Modelo da Visão Sistêmica, sendo o PPPA parte integrante do Modelo Educacional.

O IPC, na condução de suas atividades, adota padrões de qualidade na área de capacitação, baseados nas normas NBR ISO 100015/2001, ou seja obedece as etapas fundamentais para o ciclo de treinamento: diagnóstico de necessidades de desenvolvimento, planejamento de ações educacionais, execução de ações educacionais e avaliação dos resultados das ações.

## **2 CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO**

O Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), criado em 1995 pela Lei Orgânica do TCE-CE Nº 12.509/95, figura como uma das escolas de contas mais antigas do país. Seu nome é uma homenagem ao ex-governador do estado do Ceará e ex-membro desta Corte de Contas, Ministro Plácido Aderaldo Castelo, personalidade relevante na história do TCE e com reconhecida contribuição para o desenvolvimento do Ceará.

Já em 2002, a semente do IPC foi plantada, com a realização do curso de pós-graduação “Gestão e Modernização Pública” para servidores do Tribunal, em parceria com três universidades, sendo uma federal (a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE), uma estadual (a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA), e uma internacional, a Universidade Internacional de Lisboa. Este feito é considerado pioneiro entre órgãos públicos do Brasil.

Embora criado em 1995, o IPC iniciou efetivamente suas atividades em 2008, quando foi implementado, por meio da Resolução TCE-CE 2.722/2007, quando foram estabelecidas suas atribuições e estrutura organizacional. Neste mesmo ano, o Instituto foi instalado em sua sede atual, em edifício anexo ao TCE-CE. Com a instalação, foram empossados o corpo diretivo e a equipe de colaboradores do Instituto, que imediatamente iniciaram os trabalhos, a partir da construção de forma compartilhada de seu planejamento estratégico.

Já em 2011, com a Resolução Administrativa 5/2011, uma importante mudança foi efetivada no perfil do IPC, que passou a denominar-se Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo. Isso elevou o potencial educacional do Instituto, bem como ampliou o campo de atuação, permitindo-o alçar vãos mais altos.

A criação do IPC foi um marco importante para o TCE-CE e para a administração pública estadual, pois teve como intuito estimular no Tribunal uma atuação mais pró-ativa em relação aos gestores públicos. Ao invés de atuar apenas na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, atentando aos requisitos legais e de desempenho, com a entrada em operação da Escola de Contas, o Tribunal passou a capacitar permanentemente os servidores públicos, buscando prevenir o mau uso dos recursos públicos. O papel do Tribunal passou a ser, a partir daquele momento, não só fiscalizar, eventualmente aplicando sanções aos administradores públicos, mas também capacitá-los e orientá-los. Um gestor bem capacitado tenderá a não cometer erros nos trabalhos sob sua responsabilidade.

### 3 CAPACITAÇÃO

Ao longo de sua existência, diversos eventos foram promovidos, onde inúmeras oportunidades de capacitação foram ofertadas, tanto para o corpo funcional do TCE-CE, quanto para servidores dos órgãos e entidades jurisdicionados, e a sociedade em geral.

As ações educacionais no âmbito interno são baseadas nas competências estabelecidas para os servidores, sejam elas técnicas, pessoais ou gerenciais, nas avaliações de desempenho, no planejamento estratégico institucional e nas demandas de capacitação levantadas pelas diversas áreas do

Tribunal. O IPC, em parceria com o Núcleo de Recursos Humanos, desenvolve anualmente o plano de capacitação para os servidores do TCE, com objetivo de torná-los ainda mais eficientes em suas funções, sendo ofertadas capacitações nas modalidades de educação presencial ou a distância.

No âmbito externo, são realizadas ações para aprimorar os conhecimentos dos servidores dos jurisdicionados do Tribunal, através de cursos voltados para os diversos temas afins à área de administração pública, também nas modalidades presencial e a distância. Essas ações são planejadas a partir de levantamento prévio das demandas dos servidores públicos estaduais, bem como de sugestões apontadas pelas áreas técnicas de fiscalização do Tribunal.

### 3.1 Oportunidades para a sociedade

Os cursos ofertados para o público externo são também extensivos à sociedade. Em geral, um percentual médio de 15% das vagas em cursos a distância selecionados são destinados a pessoas da sociedade, não ligadas ao TCE-CE nem à administração pública estadual.

### 3.2 Cursos de Especialização

Dois cursos em nível de especialização foram realizados pelo IPC, em parceria com instituições de ensino superior:

- Curso Especialização em Direito Previdenciário, em parceria com a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), no ano de 2008
- Curso de Especialização em Auditoria Governamental, em parceria com a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), em 2012

### 3.3 Mestrado

Foi concluído em setembro de 2014 o Curso de Mestrado em Economia do Setor Público, realizado pelo IPC em parceria com o Centro de Aper-

feijramento de Economistas do Nordeste (CAEN), da Universidade Federal do Ceará (UFC).

### 3.4 Capacitação de Gestores Escolares

Uma importante contribuição do IPC à melhoria da gestão pública no estado do Ceará é o programa de capacitação para os gestores escolares das escolas públicas estaduais. Denominado “Curso de Qualificação de Gestores Escolares em Prestação de Contas”, as capacitações são ministradas por técnicos do TCE-CE especialistas na fiscalização da secretaria estadual de educação, e são realizadas tanto em Fortaleza, quanto em municípios do interior do estado. Até a presente data, 78 (setenta e oito) municípios do estado foram contemplados com a capacitação de 1.189 gestores.

### 3.5 Educação a distância

Para ampliação do alcance de suas ações educacionais, o IPC lançou em 2012 seu programa de Educação a Distância (Programa e-DUCANDO), com o objetivo de promover educação aberta, continuada e a distância, por meio da disponibilização de cursos, via Internet. Neste mesmo ano, foi criado o Núcleo de Educação a Distância (NEAD) para coordenar a oferta dos cursos na modalidade a distância, os quais são produzidos, disponibilizados e acompanhados integralmente pelo IPC.

Os cursos são realizados em plataforma de educação a distância própria, o Ambiente Virtual de Aprendizagem do IPC (AVA-IPC), em produção desde 2012, que é baseada em ambiente Web e na ferramenta livre Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*). A equipe de tutores é formada por servidores do TCE-CE, sob a coordenação do NEAD.

A aceitação dos cursos ofertados tem crescido de forma bastante significativa, inclusive atraindo interessados de outros estados do país. Nesse sentido, o IPC, por intermédio de seu NEAD, já vem ofertando turmas em nível nacional.

Ainda no campo da educação a distância, o IPC participou ativamente

da organização do IV Encontro Nacional de Educação a Distância para a Rede de Escolas de Governo, realizado no período de 16 a 18 de novembro de 2011, em Fortaleza-CE.

### 3.6 Ciclo de Palestras

Desde 2009, o IPC vem promovendo diversas palestras sobre temas de interesse do Tribunal. Para ministrar as palestras, o TCE-CE sempre tem convidado especialistas e personalidades da maior expressão no nosso Estado, e em nível nacional. Normalmente, além do público interno, as palestras também são abertas a gestores públicos dos órgãos e entidades jurisdicionados.

Em torno de 35 (trinta e cinco) palestras foram promovidas pelo IPC até o momento. Uma relação resumida pode ser conferida abaixo, com as palestras de maior destaque, realizadas nos últimos anos:

- Gestão do Conhecimento (Ricardo Marques);
- Previdência Social no Brasil: Desafios e Limites (Ministro de Estado da Previdência José Pimentel);
- Gestão Ambiental (Sheila Pitombeira - Procuradora do Ministério Público Estadual);
- Advocacia nos Tribunais de Contas (Juraci Mourão – Procurador do Município);
- Ajuste fiscal, estabilidade e retomada do crescimento econômico (Raul Veloso);
- O Portal da transparência do governo federal – instrumento de controle Governamental e social (Marcelo Miranda Barros);
- Ouvidoria (Jornalista Adísia Sá);
- O Papel das escolas de governo frente ao controle social (Valdecir Pascoal – Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco);
- Palestra de encerramento do Seminário Ciência, Tecnologia e Inovação: Segurança Jurídica (Lucas Furtado – Procurador Geral do Tribunal de Contas da União - TCU);
- Contas Públicas (José de Ribamar Caldas Furtado - Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão);
- Improbidade Administrativa: Aspectos Relevantes (Amandino Nunes);

- O Código da Inteligência- Qualidade de Vida no Século XXI (Augusto Cury).

Apresentamos no quadro abaixo, de forma sintética, nossos números na área de capacitação, até outubro de 2014, contemplando quantidade de cursos e eventos ofertados, total de oportunidades (vagas) e horas-aulas, organizados por ano, tipo de público-alvo e modalidade de ensino:

Ano	Servidores do TCE-CE (presencial)			Jurisdicionados e sociedade (presencial)			Servidores do TCE-CE, jurisdicionados e sociedade (a distância)			Total		
	Cursos/ Eventos	Oport.	Horas	Cursos/ Eventos	Oport.	Horas	Cursos/ Eventos	Oport.	Horas	Cursos/ Eventos	Oport.	Horas
2008	1	53	48	1	50	48				2	103	96
2009	78	940	936	6	303	120				84	1.243	1.056
2010	65	1.006	1.232	15	485	242				80	1.491	1.474
2011	74	1.439	684	14	681	168	2	104	40	90	2.224	892
2012	80	1.045	1.488	15	651	171	5	1.038	115	100	2.734	1.774
2013	89	966	940	52	3.830	313	9	2.455	209	150	7.251	1.462
2014	53	658	717	8	300	126	10	3.785	247	71	4.743	1.090
<b>Total</b>	<b>440</b>	<b>6.107</b>	<b>6.045</b>	<b>111</b>	<b>6.300</b>	<b>1.188</b>	<b>26</b>	<b>7.382</b>	<b>611</b>	<b>577</b>	<b>19.789</b>	<b>7.844</b>

No caso do servidor interno, além dos cursos realizados pelo próprio Instituto, também são ofertadas oportunidades de capacitação em eventos promovidos por outras instituições, incluindo cursos de pós-graduações em instituições de ensino superior.

Para dar suporte às ações de capacitação, implantamos em 2012 o Sistema de Gestão Educacional (SIGED), um sistema de informações que permite a completa gestão dos eventos e oportunidades de capacitação ofertadas pelo IPC.

#### 4 EVENTOS SIGNIFICATIVOS

Desde sua criação, o Instituto tem realizado diversos eventos, tanto para seu público interno quanto o externo, sempre com o propósito de democratizar o saber. Dentre todos, realçamos a realização dos seguintes:

- Seminários de comemoração dos 8 e 10 anos da LRF - Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal – A Atuação dos Tribunais de Contas, em 2008 e 2010;

- I e II Ciclo de Debates do Ministério Público de Contas (em parceria com o Ministério Público de Contas do TCE-CE), em 2010 e 2012;
- I Encontro Nacional de Auditoria de Tecnologia da Informação (ENAUTI), realizado nos dias 24 e 25 de maio de 2012, que teve como objetivo congregiar auditores, e demais interessados no tema, para discutir questões e experiências na área de auditoria de Tecnologia da Informação (TI);
- Seminário Ciência, Tecnologia e Inovação: Segurança Jurídica, realizado em parceria com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), em 31 de agosto de 2012;
- Workshop Gestão de Contas em Ciência, Tecnologia e Inovação, de 24 a 25 de outubro de 2013 (segundo momento do seminário de 2012 acima);
- Jornada do Meio Ambiente do TCE-CE, realizada anualmente desde 2011, compreendendo palestras e outras atividades relacionadas ao tema meio ambiente e sua sustentabilidade na vida das pessoas e das organizações. Na jornada do ano de 2013, o Tribunal tomou a decisão de aderir internamente à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Curso Capacitação em Liderança e Desenvolvimento Gerencial, realizado para o corpo gerencial do TCE-CE, de 08/08 a 26/09/2014;
- III JurisTCs - Encontro Jurisprudência nos Tribunais de Contas, realizado em parceria com o Instituto Rui Barbosa, de 22 a 24 de outubro de 2014;
- Lançamento do programa Café com Leitura – Contos e Encontros, promovido pela Biblioteca Ministro Raimundo Girão, unidade deste Instituto, no dia 30 de outubro de 2014.

## 5 COOPERAÇÃO

A cooperação com outras instituições é considerada de muita relevância pelo IPC, como forma de ampliar seus horizontes e aumentar suas possi-

bilidades de realizar atividades, para o desempenho de sua missão. Em 2009, estabeleceu cooperação técnica com o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de promover intercâmbio de informações e cooperação técnico-científica para capacitação de recursos humanos. Em 2010 foi a vez da Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF).

O IPC figura também como membro fundador da Rede Estadual de Escolas de Governo do Ceará, tendo organizado e sediado o I Encontro das Escolas de Governo do Estado do Ceará, realizado em novembro de 2009.

Dentro desta rede, atualmente composta de 12 escolas, o Instituto tem promovido vários eventos, dos quais destacamos a realização do I Encontro Nordestino de Escolas de Governo, nos dias 26 e 27 de setembro de 2013, na Universidade do Parlamento Cearense (UNIPACE).

Outra participação do IPC em rede, se dá no Comitê de Qualificação do Instituto Rui Barbosa, exercendo a coordenação de normas e procedimentos.

Ainda no sentido da cooperação, só que no âmbito interno, o IPC colaborou com o TCE-CE na gestão de importantes projetos de tecnologia da informação que vieram aperfeiçoar o controle externo, atividade fim do Tribunal, que foram os seguintes:

- Desenvolvimento do Sistema de Registro Eletrônico de Atos de Pessoal (REAP), em 2010, através do qual os jurisdicionados do TCE-CE irão enviar e acompanhar o processo de análise dos atos sujeitos a registro de forma totalmente eletrônica, com certificação digital;
- Criação e implantação da área de Auditoria de Tecnologia da Informação no TCE-CE, pioneira em tribunais de contas no país, em 2009.

## 6 APROXIMANDO O TRIBUNAL DA SOCIEDADE

### 6.1 Visitas Guiadas

Visando abrir as portas do TCE-CE à sociedade, o IPC deu início em 2012 ao programa de visitas guiadas ao Tribunal, para estudantes de instituições de ensino superior. Por meio de palestras, os alunos conhecem as

atividades exercidas pelo TCE-CE e vivenciam a realização de julgamentos de processos na sessão plenária.

## 6.2 Prêmio Plácido Castelo - Concurso de Monografia e Redação

Por iniciativa do IPC, foi instituído pelo TCE em 2009, com o objetivo de estimular o conhecimento em torno de temas relacionados à atuação dos tribunais de contas e ao controle dos gastos públicos. Em 2010, ocorreu sua primeira edição, com o lançamento do I Concurso de Monografias e Redações, tendo sido seus autores vencedores premiados em 10 de outubro de 2010. Mais duas edições do prêmio ocorreram em 2011 e 2013.

## 6.3 Revista Controle

A Revista Controle é uma publicação do TCE-CE, criada de forma pioneira em 1998, sendo a primeira do país entre os Tribunais de Contas. Tinha originalmente objetivo de divulgar notícias institucionais do TCE-CE, bem como artigos técnicos de conselheiros e servidores do Tribunal com temas alusivos à área da atuação dos tribunais de contas. A partir de 2009, passou a ser editada pelo IPC, com periodicidade trimestral, e com uma nova proposta editorial, focada na divulgação de doutrinas e artigos de cunho técnico-científico, nas áreas de políticas públicas, controle governamental, gestão pública, direito, e outros assuntos correlatos. Desde então, já foram publicados 10 (dez) números. A Revista Controle conta com um conselho editorial composto de renomados expoentes nas áreas da administração pública, economia, contabilidade, ciência política e direito. Em todas as suas edições, tem recebido importantes contribuições de todo o país, por meio de artigos inéditos e com conteúdo de alto nível.

## 7 ESTÍMULO AO CONTROLE SOCIAL

O Programa Agente de Controle, criado em 2008, visa fortalecer a interação entre o Tribunal e a sociedade, bem como realçar a relevância da participação do jovem cidadão no controle social. O programa atua por meio de palestras nas escolas públicas e privadas do Estado do Ceará. Assim, o programa busca contribuir com o aprimoramento das atividades de fiscalização da aplicação dos recursos públicos estaduais. Como apoio às atividades do programa, foi desenvolvida a cartilha “TCE-CE em Formando Cidadãos”, que apresenta o Tribunal em linguagem adequada ao público jovem.

Desde sua criação, o Programa Agente de Controle, já alcançou os seguintes números, contemplando além de Fortaleza, os municípios de Caucaia, Maracanaú, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte, Sobral, Iguatu, Tianguá e Acaraú:

Ano	Palestras	Alunos participantes
<b>2009</b>	8	572
<b>2010</b>	21	1.075
<b>2011</b>	55	2.839
<b>2012</b>	27	1.389
<b>2013</b>	21	2.371
<b>2014</b>	36	2.560
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>10.806</b>

O programa já obteve vários reconhecimentos, por meio de seleção e apresentação em eventos nacionais, e este ano conquistou o Certificado de Honra ao Mérito do Prêmio Construindo a Nação.

## 8 RECONHECIMENTO

A atuação do IPC tem sido reconhecida em nível estadual e nacional, com o recebimento das seguintes seleções e premiações:

- Apresentação do Programa Agente de Controle no XXV Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em novembro de

- 2009, em Curitiba-PR;
- Artigo sobre o Programa Agente de Controle, publicado na Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro - TCM-RJ, Nº 44 Ano XXVII, Maio 2010;
  - Apresentação do Programa Agente de Controle no II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, realizado de 10 a 12 de agosto de 2011, no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (trabalho publicado nos anais do evento);
  - Apresentação dos regulamentos de instrutoria do IPC no III Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, realizado de 11 a 12 de agosto de 2012, em Curitiba-PR;
  - Apresentação do PPPA no IV Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, realizado de 21 a 23 de agosto de 2013, em Belo Horizonte-MG;
  - A construção do PPPA e implantação do NEAD foi tema de artigo acadêmico selecionado e apresentado no evento “19º CIAED - Congresso Internacional ABED de Educação a Distância”, realizado em Salvador-BA, no período de 9 a 12 de setembro de 2013;
  - Certificado de Honra ao Mérito do Prêmio Construindo a Nação, pelo desenvolvimento do Programa Agente de Controle, recebido pelo IPC em 17 de março de 2014, em São Paulo-SP.

## 9 PESQUISA

A pesquisa também está incluída no escopo de atuação do IPC. Com ela, pretende-se aprofundar o nível de conhecimento dos servidores do TCE-CE e de seus jurisdicionados, contribuindo para reforçar as competências institucionais e aperfeiçoar o nível de qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal. Com isso, o IPC objetiva fomentar o interesse pela pesquisa no Tribunal e seus jurisdicionados, bem como ampliar os limites do conhecimento no campo da gestão pública, controle governamental e áreas afins. Os projetos de pesquisa poderão ser desenvolvidos por grupo e área do saber, no âmbito interno do TCE-CE, por meio de seus servidores, dentro da administração pública estadual, e em parcerias com outras instituições, acadêmicas

ou não, celebradas através de convênios, sempre sob a coordenação do IPC. Visando concretizar essa área, o IPC recentemente implantou seu Núcleo de Pesquisas (NUPESQ).

## 10 DIVULGANDO SUAS AÇÕES

Consciente da importância da divulgação de suas atividades, o IPC publica semestralmente o Informativo Controle, desde 2009. Antenado com as novas mídias, o IPC tem se preocupado desde o início em ampliar seus canais de comunicação. Lançou seu sítio corporativo em 2008, e em 2010, criou o Twitter Agente de Controle, para veicular suas ações no campo do estímulo ao controle social, junto ao meio estudantil e à sociedade de forma ampla. O IPC também está presente em outras mídias sociais tais como Facebook e Youtube, onde divulga notícias e vídeos.

## 11 CONCLUSÃO

A boa prestação dos serviços pelos governos exige primordialmente uma forte e permanente capacitação dos seus servidores. Como prestadores de serviços, a administração pública depende fundamentalmente do seu corpo funcional para desempenhar adequadamente sua missão de atender as demandas da sociedade.

Neste sentido, os técnicos e gestores públicos precisam ser capacitados e desenvolvidos, em um processo educacional permanente, a fim de que os serviços públicos sejam prestados, com qualidade e efetividade, em benefício da população.

O TCE-CE, por intermédio do IPC, acredita que somente a educação em todos os sentidos, quer profissional ou acadêmica, pode transformar as pessoas e organizações.

## REFERÊNCIAS

Barreto, Maria Hilária de Sá; Camelo, Pedro Henrique Alves; Leão, Paulo Alcântara Saraiva. **Programa Agente de Controle** - Formando cidadãos para o controle social. Anais do II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, 2011, Rio de Janeiro-RJ.

Castelo, Instituto Plácido. **Relatório de Gestão do IPC, anos de 2008 a 2013**. Fortaleza-CE.

CEARÁ Lei nº 12.509/95, de 6 de dezembro de 1995. **Lei Orgânica do TCE-CE**. Fortaleza-CE.

CEARÁ Resolução TCE-CE 2.722/2007, de 23 de outubro de 2007. **Implementa o Instituto Escola de Contas e Capacitação Ministro Plácido Castelo**. Fortaleza-CE.

Figueiredo, Alexandre; Barreto, Hilária; Feitosa, Marcella; Camelo, Pedro Henrique. **Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro** – TCMRJ Nº 44 Ano XXVII, Rio de Janeiro-RJ.

Leão, Paulo Alcântara Saraiva. Auditoria de Tecnologia da Informação – **A experiência do TCE-CE**. Revista Controle Volume X, Nº 1, 2012, Fortaleza-CE.

Rocha, Enilton Ferreira; Leão, Paulo Alcântara Saraiva. **Gestão da EAD: Sustentabilidade e Inovação no TCE-CE**. In: 19º CIAED - Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2013, Salvador-BA.